



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAPIRACA/AL

Processo: 07088728820198020058

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LEONARDO DANIEL DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

Confirma ciência quanto à certidão de óbito da vítima e documento de terceiro, chamada Francisca Geni da Silva.

Ocorre que, vale repisar, que o autor não é o único beneficiário da vítima, existindo a genitora da vítima.

Conforme documento de identidade a genitora chama-se Francisca Geni dos Santos, filha de Geni Maria da Silva:

ARICLENES LEONARDO DOS SANTOS			
MATRÍCULA: 002519 01 55 1986 1 00044 060 0051267 92			
DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO) Vinte e três de fevereiro de mil novecentos e oitenta e seis.		DIA 23	MÊS 02
HORA DE NASCIMENTO 06h00min		ANO 1986	
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO ARAPIRACA - AL			
MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Arapiraca - AL	LOCAL DE NASCIMENTO HOSPITAL REGIONAL DE ARAPIRACA/AL	SEXO Masculino	
FILIAÇÃO LEONARDO DANIEL DOS SANTOS, natural de ALAGOAS e FRANCISCA GENI DOS SANTOS, natural de ALAGOAS			
AVÓS DANIEL EGIDIO DOS SANTOS e ELUZA MARIA DOS SANTOS (paternos) e AMARILIO APRIGIO DOS SANTOS e GENI MARIA DA SILVA (maternos)			
GÊMEOS	NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEOS(S)		

Já o documento acostado refere-se à Francisca Geni da Silva, filha de Geni da Conceição:

REGISTRO GERAL	2000002081061	EXPEDIÇÃO	02/08/2000
NOME	FRANCISCA GENY DA SILVA		
FILIAÇÃO	AMARILIO APRIGIO DA SILVA E GENY DA CONCEICAO		
NATURALIDADE	ARAPIRACA-AL		
	25/12/1963		

Portanto, inexistente direito do autor à indenização integral, bem como considerando que não se confunde a pessoa da genitora da vítima com aquela indica na documentação acostada, impugna a habilitação desta nestes autos por ser pessoa ilegítima para figurar no polo ativo da presente demanda.

Ante o exposto, impõe-se a improcedência da demanda, extinção do processo sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VI do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ARAPIRACA, 4 de dezembro de 2020.

NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO
5624 - OAB/AL